



## ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ-UVA

## PRACTICAL THEORETICAL ASPECTS OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCY IN THE PROFESSIONAL TRAINING OF GEOGRAPHY OF THE ACARAÚ VALLEY STATE UNIVERSITY-UVA

## ASPECTOS TEÓRICOS PRÁCTICOS DE LA RESIDENCIA PEDAGÓGICA EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL DE GEOGRAFÍA DE LA UNIVERSIDAD ESTATAL VALE DO ACARAÚ-UVA

Recebido em: 30/09/2020

Aceito em: 12/10/2020

Daniella Sousa Duarte<sup>1</sup>  
Sandra Maria Fontenele Magalhães<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho reflete acerca da relevância do Programa Residência Pedagógica (PRP) na formação do licenciado em Geografia na Universidade Estadual Vale do Acaraú. Para elaboração do trabalho, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da formação de professores e do Programa Residência Pedagógica. Em seguida, foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas aos participantes do PRP nas escolas de ensino médio, Ministro Jarbas Passarinho, Professor Luís Felipe e Wilebaldo Aguiar. Na sequência procedeu-se com a análise dos resultados. A pesquisa revelou que a residência pedagógica contribuiu de forma significativa para fortalecer o campo da prática, conduzindo o licenciado a exercitar a relação teoria e prática professoral.

**Palavras chave:** Formação de Professores. Residência Pedagógica. Geografia.

### ABSTRACT

This paper reflects on Pedagogical Residency Program relevance (PRP) in the training of the graduate in Geography at the Acaraú Valley State University. For the elaboration of the work, a bibliographic review was performed about the teacher training and the Pedagogical Residency Program. Then, was applied a questionnaire with objective and subjective questions to the participants of the PRP in the high schools Minister Jarbas Passarinho, Professor Luís Felipe and Wilebaldo Aguiar. The following was carried out with the analysis of the results. The research revealed that pedagogical residency significantly contributed to strengthen the field of practice, leading the graduate to exercise the relationship between theory and teaching practice.

**Keywords:** Teacher Training. Pedagogical Residency. Geography.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: [danielasousa1234@hotmail.com](mailto:danielasousa1234@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia. Professora do curso de graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: [smfontenele52@gmail.com](mailto:smfontenele52@gmail.com)

## RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre la pertinencia del Programa de Residencia Pedagógica (PRP) en la formación del graduado en Geografía de la Universidad Estatal Vale do Acaraú. Para la preparación del trabajo, se llevó a cabo una revisión bibliográfica sobre la formación del profesorado y el Programa de Residencia Pedagógica. Luego, se aplicó un cuestionario con preguntas objetivas y subjetivas a los participantes del PRP en las escuelas secundarias el ministro Jarbas Passarinho, el profesor Luís Felipe y Wilebaldo Aguiar. A continuación, se analizaron los resultados. La investigación reveló que la residencia pedagógica contribuyó significativamente a fortalecer el campo de la práctica, llevando al graduado a ejercer la relación entre la teoría y la práctica docente.

**Palabras clave:** Formación del profesorado. Residencia pedagógica. Geografía

## INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem se concentrado no desenvolvimento de programas para a formação de professores. Dentre eles, podem ser citados o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, Programa de Educação Tutorial -PET, e a Residência Pedagógica – RP. Esses programas tem como objetivo principal fortalecer a articulação entre teoria – prática e universidade – escola.

A Residência Pedagógica é um dos mais novos programas no âmbito da Política Nacional de formação de professores e está em vigor na Universidade Estadual Vale do Acaraú, desde Agosto de 2018. A RP tem por objetivo, segundo a CAPES edital N° 06/2018:

Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias. (BRASIL, 2018)

A RP, portanto, visa possibilitar aos egressos dos cursos de licenciatura, habilidades e competências que lhes permitem realizar um ensino de qualidade nas escolas da educação básica. Nesse sentido, o interesse pela pesquisa partiu da vivência como bolsista da RP.

Entender e aprender a contribuição da RP na formação do professor de Geografia da UVA é o principal objetivo da pesquisa.

A relevância do estudo está em apontar a importância da RP na prática docente dos licenciandos, e como isso interfere no processo de formação do aluno.

A pesquisa tem um caráter qualitativo. Para a realização da pesquisa foi feito uma revisão bibliográfica para construção do referencial teórico. Em seguida, foi elaborado e entrevistado 10 residentes das três escolas campo, visando apreender suas percepções sobre a contribuição da RP na sua formação. Vale salientar que os questionários foram enviados por e-mail aos residentes das três escolas campo. Contudo, apenas dez residentes deram retorno.

Assim sendo, a presente pesquisa discorre na primeira sessão sobre a formação do professor de Geografia. Na segunda sessão, discorre-se sobre o Programa Residência Pedagógica, suas atribuições e contribuições. Na terceira sessão, com base na bibliografia consultada, analisamos a importância do programa na vida dos licenciandos.

## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO**

A formação de professores no Brasil, dentre eles, o de Geografia, teve início no século XX, através do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (GUEDES; FERREIRA, 2002).

Ribeiro (2003) afirma que o decreto nº 19.851, dividido em 110 artigos, distribuídos em capítulos com treze títulos, visava organizar o ensino superior no país, criando um sistema universitário nacional. O ensino superior, conforme estabelece o decreto em seu artigo 1º, deve:

[...] elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931).

Pautado nessas novas regras foram criadas as Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Estas duas universidades, primeiras instituições de ensino no Brasil, passam a congregar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras por sua vez irão abrigar os primeiros cursos de formação de professores. Conforme Rocha (2000, p. 132):

Dentre os cursos surgidos no interior destas Faculdades, aparece pela primeira vez o de História e Geografia, à época constituindo uma única graduação, ministrados por professores contratados em sua maioria na Europa. A contribuição desses novos cursos seria inquestionável em se tratando da difusão de uma ciência geográfica de orientação moderna, tanto no campo da pesquisa aplicada quanto para o ensino secundário de geografia.

Contudo, foi a partir dos anos de 1950 que os cursos de formação de professores de Geografia passaram a ter uma maior disseminação. Nesse momento, instituições públicas e privadas passam a oferecer o curso de Geografia, formando docentes para atuar em diferentes níveis de ensino.

Nesse intervalo passa a vigorar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 4024/61, passando a estabelecer novas regras para os cursos de formação de professores. A Lei exige um currículo mínimo para os cursos de graduação. Para atender a

nova regulamentação os cursos de Geografia fixaram os conteúdos mínimos e o tempo de duração de quatro anos. ( ROCHA, 2000)

No contexto de uma ampla reforma da educação brasileira, instituída pelo governo militar, é criado através da Lei nº 5692/71 o curso de licenciatura curta em Estudos Sociais numa tentativa de substituição do curso de licenciatura em Geografia.

A ameaça de extinção dos cursos de Licenciatura em áreas específicas fomentou a criação, a partir da década de 1980, de movimentos reivindicatórios apoiados pelas sociedades científicas como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Esses movimentos buscavam a extinção das formações curtas que os estudos sociais traziam e o retorno das disciplinas de História e Geografia nos currículos de 1º grau no país. Foi a partir de então que começam a ocorrer várias discussões acerca dos conhecimentos escolares, resultando na sua reestruturação por meio de reformas curriculares em função da entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 (PAIXÃO, ET AL, 2013).

A Lei de nº 9.394 trouxe reformas ainda significativas no que se refere à formação docente. Ela aboliu, por exemplo, o esquema 3+1, conforme retrata Scheibe (1983, p. 38-39):

[...] aboliu formalmente o esquema 3+1. O Bacharelado e Licenciatura passaram a ter igual duração, desaparecendo assim o curso de Didática. Este parecer dispôs que os currículos mínimos dos cursos de habilitação ao exercício do magistério em escolas de nível médio abrangeriam as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as matérias pedagógicas: Psicologia da Educação: Adolescência e Aprendizagem, Didática, Elementos de Administração Escolar, Prática de Ensino (sob a ironia de estágio supervisionado).

Conforme Cavalcanti (2002) no clássico sistema 3+1, adotado nas universidades brasileiras desde a década de 1930, os cursos ofereciam um tronco comum composto pelas disciplinas específicas da área de conhecimento nos três primeiros anos e as disciplinas pedagógicas e estágios no último ano que serviam como “pinceladas” para formar o professor.

Neste modelo de curso implantado, a formação específica é, sobremaneira, valorizada em detrimento a formação pedagógica, pois, acreditava-se que se o aluno tiver uma “sólida” formação específica, ele está apto a ser um bom geógrafo (bacharel ou licenciado).

Especialmente para o licenciado, isto tem acarretado uma formação deficiente, sem a devida fundamentação teórico-prática que lhe propicie compreender e realizar a transformação didática da Geografia Acadêmica para a Geografia Escolar.

No intuito de amenizar ou dirimir estes problemas os cursos de licenciatura em Geografia, alicerçado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores, de 2002 e 2015, respectivamente, têm reformulado os seus Projetos Pedagógicos

Curriculares – PPC's. Entre as mudanças mais significativas, estão à ampliação da carga horária dos estágios supervisionados de 300 para 400 horas e a inserção de horas para a Prática como Componente Curricular.

Desse modo, os cursos de licenciatura em Geografia têm buscado oferecer uma formação assentada na integração entre teoria e prática por meio das vivências escolares, ou seja, na integração entre universidade e escola. Afinal, conforme o Parecer CNE/CP nº 9/2001, (BRASIL, 2002, p. 29) referente às DCNs (2002), “[...] toda sistematização teórica articulada com o fazer e todo fazer articulado com a reflexão”.

Em meio a tantas modificações na formação do professor é necessário analisar se realmente as Universidades estão formando profissionais capazes de enfrentar os desafios da sala de aula, de lidar com alunos de diferentes faixas etárias que vão desde crianças a jovens inseridos em uma sociedade complexa. A realidade mostra que em muitos casos, o docente ao se deparar com uma sala de aula percebe uma grande diferença entre teoria e prática.

De um modo geral, pode-se dizer que a crise educacional que estamos vivendo está ligada ao estágio atual de globalização que se apresenta de modo perverso à maioria da população estabelecendo alguns limites que o próprio sistema econômico, político acaba por criar (STRAFORINI, 2008).

Assim sendo, faz-se necessário repensar a formação deste profissional que irá lecionar para um público diverso em um contexto desafiador na busca de metodologias de ensino que motivem os educandos para uma aprendizagem significativa. A realidade exige que o professor seja mais bem preparado nas instituições de ensino.

A perspectiva de dar aos futuros professores condições de vivenciar o dia a dia da sala de aula e assim construir experiências que contribua para sua formação tem fomentado, desde os anos 2000, a criação pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), de programas de incentivo a formação docente.

Portanto, a criação desses programas acaba complementando de forma significativa a formação tanto inicial como formação continuada, dando todo um suporte para vivência no ambiente escolar. Dentre essas iniciativas se destacam: o Programa de Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica (PARFOR), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que funcionam como um apoio para acompanhamento da atuação docente e o programa RP objeto da pesquisa.

## **A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA COMO APERFEIÇOAMENTO DA PRÁTICA DOCENTE**

Durante o processo de formação de um licenciando a prática é fundamental. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) deve ser dado ao discente a oportunidade de vivenciar sua prática pedagógica.

Segundo Marx (1989) toda práxis social é de certa maneira um trabalho. O processo de realização do trabalho acaba desencadeando uma transformação no trabalhador. Baseado nisso, podemos dizer que o trabalho modifica o trabalhador, pois trabalhar não é só fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa de si mesmo e consigo mesmo. Nessa perspectiva, vale mencionar se a teoria descolada da prática forma bons profissionais, no caso da formação para o exercício do magistério, a prática é fundamental para que o futuro professor possa vivenciar os desafios da sala de aula.

É evidente que a prática configura-se uma experiência indispensável para formação docente, pois garante ao discente vivenciar teoria e prática, momento onde o professor sai da teoria e se insere no campo de exercício da docência, para assim iniciar suas vivências na área escolhida através de observações, regências e aprendizagens no âmbito escolar que serão fundamentais para sua formação. Sobre essa questão Pimenta (2000, p.19):

A identidade do professor é construída, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor atribuem à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

Portanto, a articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente.

É nessa perspectiva que foi criada a RP, o mais novo programa voltado à formação de professores implantado no Brasil que busca inserir o aluno no dia a dia da sala de aula e do ambiente escolar.

Vale destacar, que essa ideia da Residência como parte da formação do professor não é nova no Brasil. Conforme afirma Silva e Cruz (2018), a primeira discussão acerca da implantação da RP ocorreu em 2007, sendo uma proposta do Senador Marco Maciel. O mesmo diz ter tomado como base o programa de residência médica. Assim era intitulada por residência educacional, sendo exigida uma carga horária de 800 horas. Porém, apesar de ser uma boa proposta não foi adiante devido o Estado não poder custear as bolsas.

Uma nova tentativa foi feita no ano de 2012 pelo senador Blairo Maggi que adaptou do Projeto de Lei do Senado - PSL 227 proposto por Marco Maciel. A nova proposta levou o

nome de Residência Pedagógica. O projeto fora caracterizado como sendo uma etapa ulterior para a formação e trouxe como forma de mantimento a remuneração com bolsas de estudos, possuindo uma carga horária de 800 horas.

Vale ressaltar que a proposta não colocava a residência como elemento obrigatório para a atuação na educação básica, evitando assim prejudicar os docentes que por algum motivo não pudessem participar do programa. Ainda sobre a proposta de Residência Pedagógica de Blairo Maggi haveria a possibilidade de o participante do programa utilizar o certificado de aprovação da residência pedagógica como título em concursos ou ainda processos seletivos. Semelhante, aos professores em exercício da função do magistério que apresentam o tempo de experiência.

Uma nova proposta de implantação da residência pedagógica foi apresentada em meados do ano de 2014 através do projeto de lei 6/2014 pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. A PSL instituída pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), trazia como proposta a residência docente. Conforme a proposta a residência funcionaria como um complemento extra na formação docente, com 1.600 horas divididas em dois períodos com duração mínima de 800 horas. Voltada para os licenciados que possuíssem até três anos para concluir o curso. Entretanto, devido a diversas pautas que não ficaram claras o suficiente, acabou não vigorando. (SILVA; CRUZ, 2018).

Embora os projetos de Lei propostos no Senado Federal não tendo êxito, pode-se dizer que vinha acontecendo experiências da RP isoladas na formação de professores sejam elas em escolas municipais, estaduais ou federais no âmbito da educação básica e superior. A exemplo tem-se o caso da implementação do modelo de Residência Educacional em São Paulo. Conforme destaca Silva e Cruz (2018) a residência educacional foi implantada por meio dos decretos nº 57.978/ 2012 e 59.150 / 2013, a fim de aperfeiçoar o exercício da prática docente e contribuir para a melhora do estágio supervisionado escrito nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Experiências essas que em 2014 chegaram ao fim.

Conforme Fontoura (2011) além das experiências realizadas em São Paulo tem-se a experiência da RP voltado aos professores que estavam no primeiro ano de estágio probatório na rede municipal de educação de Niterói, RJ. Para a efetivação das formações docentes foram feitas parcerias com o Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE), ligado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG).

Essas experiências colocaram a necessidade de reestruturação desses projetos, pensando em uma formação complementar para os futuros professores. Para Bondía (2001), há uma grande diferenciação entre experiência e informação, pois só a informação não garante

uma boa metodologia de explanação sendo indispensável a prática do exercício da atuação. A prática possibilita o futuro professor segurança para adentrar em sala de aula, bem como transformar e aperfeiçoar as técnicas de ensino.

Nesse movimento é lançado no ano de 2018 um novo edital pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com o apoio do Governo Federal e das secretarias dos estados, que propõe que os cursos de licenciaturas possam promover durante o período da graduação uma maior articulação entre a universidade e escola.

Assim sendo, o edital CAPES nº 06/2018, designa o programa de Residência Pedagógica como sendo uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores. O programa tem como objetivo proporcionar o aperfeiçoando para a formação prática dos cursos de licenciatura, promover a imersão do aluno na escola para que ele possa sair do isolamento dos ambientes formativos da universidade e vivenciar a prática pedagógica (BRASIL, 2018).

Para participar o discente deve está regulamente matriculado em um curso de licenciatura e possuir pelo menos 50% da carga horária do curso ou está cursando do 5º semestre em diante. O período de estágio é realizado em uma escola campo e para custear a locomoção os Residentes recebem uma bolsa no valor de R\$ 400 reais.

Uma vez selecionado o residente deve cumprir carga horária total de 440 horas de atividades divididas da seguinte forma: são 60 horas destinadas ao período de ambientação na escola e 320 de imersão, sendo 100 horas de regência que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades (CAPES, 2018).

## **A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ**

O Programa Residência Pedagógica, lançado pela CAPES, edital 06/2018, está em vigor na Universidade Estadual Vale do Acaraú desde agosto de 2018, por meio do edital nº 16/2018. O programa disponibilizou o total de 264 vagas, contemplando onze cursos de licenciatura da universidade no qual cada um ficou com 24 vagas.

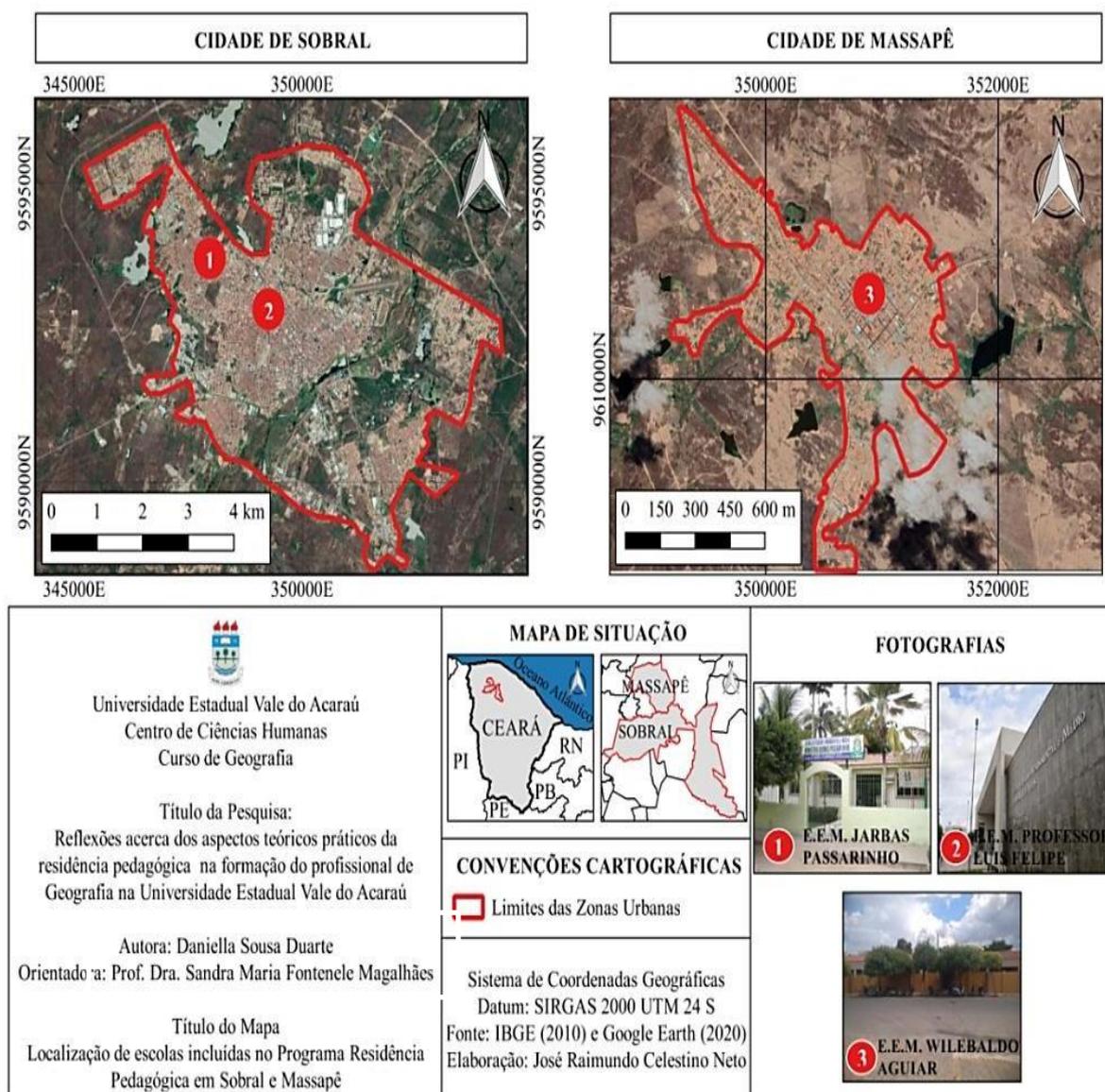
Depois de instituído o Programa na UVA foi aberto um processo seletivo simplificado para seleção dos residentes e preceptores. Integram, também, a RP o coordenador institucional e os docentes orientadores.

No caso específico do Curso de Geografia, os estudantes selecionados foram distribuídos nas escolas estaduais de Ensino Médio, Professor Luís Felipe, Jarbas Passarinho,

localizadas no município de Sobral e Wilebaldo Aguiar localizada no município de Massapê. O mapa 1 traz a localização das escolas.

Figura 1: Mapa de localização das escolas

Assim sendo, nessa seção do artigo traz-se a percepção dos residentes do curso de Geografia na UVA, acerca das principais contribuições do programa para sua formação, bem



CELESTINO NETO, J. R. (2020).

como suas sugestões e propostas de aperfeiçoamento. A apreensão do objeto em análise foi feita por meio de questionário, com perguntas abertas e fechadas, enviado via e-mail aos residentes das três escolas campo. Foram enviados ao todo 17 questionários, contudo só recebemos retorno de 10 residentes.

De início se buscou saber qual a avaliação que os residentes fazem da RP. Os 10 residentes, argumentando que “a residência contribuiu de forma significativa na sua

formação”, consideraram o programa como bom (50%), ótimo (40%) e pode melhorar (10%).

Na percepção dos residentes o programa constitui uma forma de aperfeiçoamento, um momento em que é possível vivenciar o que é ser professor, conforme mostra a fala do residente (A):

A RP proporcionou um aprendizado inigualável foi um momento de enorme aprendizado, pois estávamos vivendo o ambiente de trabalho antes do mercado de trabalho, podemos participar de forma ativa de todos os momentos que a escola proporciona aos professores. Depois da experiência da residência comecei a ver com outros olhos como realmente é ser professor, como atuar diante das circunstâncias apresentadas na escola. (Entrevista realizada em dezembro de 2019).

A análise da fala do residente (A) revela que a experiência na escola oportunizada pela RP, contribuiu para seu crescimento acadêmico e profissional do ponto de vista da postura em sala de aula, vocabulário, escrita, dentre outras, bem como para o fortalecimento da sua identidade docente. De acordo com Pimenta e Lima (2004) essa vivência na escola fornece novas possibilidades de ensinar e aprender mais sobre a futura profissão docente.

Na sequência foi indagado sobre a vivência na escola campo, dos momentos de socialização, discursão e de reflexões acerca das abordagens e práticas docentes. Sobre isso se obteve as seguintes respostas:

Em todo momento durante a residência foi possível discutir o que estávamos vivenciando, seja de forma informal durante o dia a dia, ou em rodas de conversa e discussões. Além disso, era possível fazer uma reflexão do que estávamos estudando, lendo e o que víamos na prática e dessa forma víamos como podíamos estar melhorando. (Residente (B). Entrevista realizada em dezembro de 2019).

O ambiente nos possibilitou uma variedade de experiências que antes nos estágios supervisionado não tínhamos que é a socialização com bastante frequência com a comunidade escolar e também não poderia deixar de mencionar toda a atenção e acompanhamento que recebemos do professor preceptor que é o que enriquece a experiência. (Residente C). Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Para o residente a convivência é ótima. A relação entre alunos, professores e a direção escolar foi de extrema importância para o desenvolvimento de habilidade dos residentes. Além disso, o corpo docente sempre estava disponível para nos auxiliar em quaisquer dúvidas. (Residente D. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Trabalhamos em harmonia, trabalhamos juntos tanto na construção de projetos, regências ou qualquer outra tarefa que precisaremos fazer na escola, em alguns momentos há algumas controversas, mas sempre resolvemos no diálogo. (Residente E. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

As falas mostram que a RP se diferencia do estágio supervisionado justamente por permitir uma vivência com professores e alunos, bem como momentos de reflexão juntamente com o preceptor que tem um acompanhamento mais detido do trabalho realizado pelo estudante, futuro professor.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos residentes na escola as respostas foram:

Minha principal dificuldade foi às regências de aulas, eu não tinha a experiência e segurança na prática docente com o Ensino Médio, não tinha ainda vivenciado essa modalidade de ensino, os Estágios Supervisionados I e II, foram realizados no Ensino Fundamental, modalidade de ensino diferente com alunos de faixa etária menor, com metodologias e filosofias diferentes. (Residente F. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

No início eu sentia muito medo de entrar na sala de aula para dar regências, não sabia como era a realidade de trabalhar na escola, de ter a convivência com os demais que fazem parte da escola. (Residente G. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

O fato dos residentes terem apontado a regência como a maior dificuldade enfrentada pode está relacionada à falta de preparo do estudante para desenvolver uma prática pedagógica que fomente a análise e investigação, reflexão e reelaboração do conhecimento produzido. Portanto, colocar o licenciando na escola no intuito deste vivenciar a regência de sala de aula, podendo assim refletir sobre sua prática é o principal objetivo da RP.

Na sequência, questionou-se sobre a contribuição da RP na formação profissional docente. O Programa, conforme mostra a fala do residente, permitiu uma vivência mais efetiva no cotidiano do trabalho docente e, por conseguinte, mais segurança para assumir a sala de aula.

Depois de alguns meses de regências: Vejo que após ter feito parte da residência me tornei uma pessoa mais madura dentro da sala de aula, me sinto mais segura ao dar uma regência, pois estou vivenciando a realidade da escola e dos alunos e essa vivência está me tornando uma futura docente de Geografia mais experiente em termos de estar mais preparada. (Residente H. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

A análise da fala mostra que ao adentrarem na escola campo os residentes passam a ter momentos de construção e aprimoramento de conhecimentos que serão fundamentais para sua formação profissional, integrando o conhecimento obtido na universidade com a prática.

A RP, portanto, constitui uma experiência muito rica para os residentes. O Programa lhes permitiu vivenciarem situações reais de vida e de trabalho fundamentais na construção de sua profissão, bem como explorar as competências básicas que são indispensáveis para a formação do profissional tanto na questão ética como na questão do desenvolvimento humano, surtindo assim em uma melhoria da sua qualidade de vida. (BARREIRO, 2006).

Dito isso, pediu-se aos residentes que apontassem sugestões ou críticas ao programa. As sugestões e críticas dos residentes giraram em torno do valor da bolsa e curso de formação, conforme mostra as falas abaixo:

Como sugestão: acho viável e de fundamental importância se o valor da bolsa viesse com um auxílio transporte para que cobrisse as despesas com o deslocamento, pois se formos analisar a maioria dos residentes é oriundo de outras cidades, e se deslocam para Sobral rumo a Universidade e para suas perspectivas escolas campos, muitas vezes são lotados para escolas de outra cidade onde a logística fica um pouco inviável financeiramente, até muitas vezes esses alunos/residentes passam a residir em Sobral para que ficassem mais próximo a escola.

Como crítica: Acredito que durante esse tempo de bolsista não éramos devidamente informados sobre o que fazer e o que não fazer, não por culpa das Docentes Orientadoras, mas sim pela CAPES, seria melhor uma maior explanação dos assuntos da RP para viabilizar um maior entendimento do preceptor que orienta os residentes. (Residente A. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Acho que deveria ter algum curso de formação com metodologias que poderíamos trabalhar em sala de aula e dessa forma trabalhar uma aula atrativa sem sair do conteúdo. (Residente F. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

O Programa de Residência Pedagógica poderia e deveria contemplar mais estudantes de licenciatura, aumentando o número de bolsas para qualificar a formação inicial de futuros professores. (Residente G. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

A Residente “A” em sua fala faz colocações importantes, haja vista o valor da bolsa não ser compatível aos gastos dos residentes que moram mais distante, passando às vezes a residir em outro município a fim de ficar mais próximo da escola campo. Os gastos com aluguel, passagens e alimentação acabam superando o valor da bolsa o que dificulta a permanência no programa, pois geralmente os estudantes nessa fase de graduação não tem emprego, sendo a bolsa sua única fonte de renda.

Na crítica feita pelo mesmo residente é ressaltado o fato de algumas vezes faltar especificações explícitas por parte da CAPES em aspectos que ficaram duvidosos em relação a determinadas atividades do programa, isso de certa forma acabou dificultando a compreensão dos residentes, porém é preciso levar em conta que esse é um programa novo na Universidade e por conta disso às vezes não se sabe ao certo como devem ser realizadas as atividades propostas pela CAPES.

Em sua fala o residente “F” sugere cursos de formação para que assim os discentes pudessem ministrar diferentes temas de aulas utilizando metodologias atrativas e simples para tornar a aula mais dinâmica, que seriam de suma importância enquanto graduandos residentes por conta de serem preparados para utilizar diferentes métodos de ensino.

O residente “G” sugere o aumento das vagas na RP para que assim o programa dê a oportunidade de outros discentes a ter uma formação mais repleta de conhecimentos. Ao ampliar as vagas outros discentes podem ter essa mesma contribuição em sua formação o tornando mais preparado para a sua futura profissão.

Para finalizar procurou-se saber a opinião dos residentes em relação à continuidade do programa. As respostas foram:

Sim, pois assim como eu tem muitos licenciandos que sentem dificuldades em estar dentro de uma sala de aula, os estágios são uma ajuda, mas não se compara a Residência Pedagógica, pois passamos mais tempo em sala de aula e assim amadurecemos como futuros professores. (Residente F. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Sim, pois é um projeto que aproxima escola/universidade para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e também no aperfeiçoamento da profissão de professores, onde os estágios são bastante curtos, e o programa oferece uma melhor compreensão de estar na escola e também na sala de aula. (Residente H. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

A leitura do que foi mencionado até o momento revela que a residência comprimiu exatamente o seu papel no quesito da imersão na escola em parceria a universidade, da construção de valores e práticas pedagógicas, trazendo assim uma rica experiência aos discentes que participaram do programa, tornando-os mais preparados para sua profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa deixou evidente que a RP possui um papel importante na formação profissional docente, pois permite a interação entre universidade e escola.

Neste sentido, a RP possibilita o estudante de licenciatura a vivenciar a realidade da sala de aula, ou seja, a prática da regência, a elaboração de plano de aula, dentre outros acontecimentos que compõem a escola. A RP permite, também, ao futuro professor aperfeiçoar sua formação, desenvolvendo atividades que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional.

Vale ressaltar que nesse processo o acompanhamento do trabalho desenvolvido na escola pelo preceptor e docente orientador, avaliando e instruindo nas atividades realizadas na escola campo foi de grande auxílio na construção do aprendizado docente.

Pautado nos apontamentos e na vivência no programa da pesquisadora, fica evidente que a RP é de grande relevância para o aperfeiçoamento do profissional docente, agregando experiência e conhecimento, tornando o licenciado mais capacitado para atuar em sala de aula. Assim sendo, é de extrema importância à continuidade de programas como a RP para enriquecer a formação dos profissionais que busquem o campo educacional.

## REFERÊNCIAS

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19\\_04\\_JORGE\\_LARROSA\\_BONDI A.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDI A.pdf) (acesso em 13/11/2020)

BRASIL, **Decreto 19.851**, de 11 de abril de 1931: Estatuto das Universidades Brasileiras. In FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos: 1930-1945*. Rio de Janeiro,

BRASIL, **Edital CAPES 06/2018**. Programa de residência pedagógica: Chamada Pública

para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica A. 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

BRASIL. **Decreto 59.150/13**. Dispõe sobre o Programa Residência Educacional, instituído pelo Decreto nº 57.978 de 18 de abril de 2012. Diário Oficial do Estado do Estado – Poder Executivo. Seção I - 10/05/2013. p. 3.

BRASIL. **Decreto nº 57.978/2012**. Institui o Programa de Residência Educacional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado – Poder Executivo – Seção I - 19/04/2012, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jul. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 13 Nov. 2020.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva socioconstrutivista**. Goiânia: Alternativa, 2002.

Estadual Vale do Acaraú. Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2018. Disponível em: [http://www.uvanet.br/documentos/edital\\_b38daf676a81a085b18d01878686e8b0.pdf](http://www.uvanet.br/documentos/edital_b38daf676a81a085b18d01878686e8b0.pdf). Acesso em: 13 Nov. 2020.

FONTOURA, H. A. **Residência Pedagógica: Percursos de formação e experiências docentes na Faculdade de Formação de Professores da UERJ**. Niterói: Intertexto, 2011.

GUEDES, N. C.; FERREIRA, M. S. História e construção da profissionalização nos cursos de licenciatura. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2 2002, Natal. Anais [...].Natal: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/85>>. Acesso em: 19 Nov. 2020.

Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971.

Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 Nov. 2020

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989

PAIXÃO, Celso Freire. ARAÚJO, Sergiano de Lima. **Para que ensinar, como ensinar, o que ensinar e como avaliar os conteúdos da geografia da educação básica**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma, Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2000.

Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. **Institui o Programa de Residência Pedagógica,** 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

RIBEIRO, M. L. S.. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 19ª ed. Campinas, Autores Associados, 2003.

ROCHA, G. O R. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil.** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

SCHEIBE, Leda. **A formação pedagógica do professor licenciado:** contexto histórico. Perspectiva, Florianópolis, v.01, n.01, p.38-39, 1983. THERRIEN, S. M. N.;

SILVA, K. A. C. P da; CRUZ, S. P. **A Residência Pedagógica na formação de professores:** história, hegemonia e resistências. MOMENTO - Diálogos em Educação, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 227-247, maio/ago. 2018.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ- UVA. **Edital UVA 16/2018,** que dispõe do Processo Seletivo Simplificado para a admissão de candidatos bolsistas e formação de cadastro reserva ao Programa Institucional de Residência Pedagógica da Universidade